

EMENDA Nº 01
(SUBSTITUTIVA)
(ao PRS nº 37, de 2007)

Dispõe sobre a modificação do processo disciplinar, criando mecanismo de juízo de admissibilidade da representação que permite o afastamento temporário de parlamentar investigado ocupante de função que possa exercer influência sobre processo investigatório.

Dê-se ao art. do PRS nº 37, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 15 da Resolução do senado nº 20, de 17 de março de 1993, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos, renumerando-se os atuais como VI, VII, VIII, XIX e XI:

‘Art. 15.....

I- Nos casos de representação para perda de mandato encaminhado pela Mesa do Senado Federal, o Presidente do Conselho de Ética designará Relator para exame de admissibilidade da proposta, recomendando a abertura de processo, complementação de diligências, o afastamento ou não do cargo, ou o arquivamento da proposta.

II- Para efeito do juízo de admissibilidade somente serão considerados os fatos ocorridos durante exercício do mandato do representado.

III – O representado deverá prestar pessoalmente as informações quando solicitadas pelo Relator.

IV- Na hipótese do Relator concluir pela admissibilidade da representação e pelo afastamento do representado, este será até o final do julgamento do processo.

V- A votação do relatório de admissibilidade de que trata os incisos anteriores será ostensiva.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor no primeiro dia da terceira Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

JUSTIFICATIVA

A proposição de duas resoluções no sentido de alterar a Resolução nº 20, de 1993, no que se refere ao processo disciplinar de apuração de quebra de decoro parlamentar é justificada pela existência de “lacuna ética” existente no Regimento Interno.

Parece ser consenso entre os parlamentares em exercício nesta Casa que a permanência de parlamentar investigado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que ocupe função que possa interferir na apuração dos fatos possa ser prejudicial ao processo investigatório, sendo necessário o seu afastamento durante o processo disciplinar.

Desse modo, no intuito de garantir que o processo de representação com pedido de perda de mandato de senador seja realizado de forma ética, sem violar qualquer garantia assegurada constitucionalmente, sugiro a inclusão de procedimento preliminar a ser realizado antes do processo investigatório previsto nos incisos I a VI do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993. Essa fase inicial ao processo tem como objetivo a realização de um juízo de admissibilidade da representação encaminhada pela Mesa Diretora, onde deverá ser apurada: a) a natureza dos fatos (se configura ato contrário à ética e ao decoro parlamentar conforme disposto no Regimento Interno); b) se os fatos ocorreram durante o mandato parlamentar; c) a necessidade ou não do afastamento do investigado em razão da influência que poderá exercer sobre o processo instrutório da representação.

O relator emitirá parecer a ser submetido à deliberação do Plenário, podendo recomendar: a) a abertura de processo; b) complementação

de diligências para melhor juízo de valor; c) o afastamento ou não do cargo,ou; d) o arquivamento da proposta.

Votado o parecer que entender que há indícios evidentes de que a permanência do investigado na função que ocupa influenciará diretamente no resultado das investigações, este deverá ser afastado e o processo instaurado, seguindo procedimento conforme já previsto no Regimento Interno.

Sugiro que a presente modificação produza efeitos no primeiro dia da terceira Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

A modificação da ementa decorre de correção do objeto, uma vez que o parlamentar não perde o mandato, mas somente é afastado da função que exerce dentro do Senado Federal.

Sala de Sessões, 03 de outubro de 2007.

Senador ROMERO JUCÁ